

J O Ã O A L F R E D O

JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA nasceu a 12 de dezembro de 1835 na ilha de Itamaracá, Pernambuco, no engenho São João, propriedade e residência de seus avós maternos - Capitão João de Medeiros Raposo e D. Manuela de Castro Caldas, nome de solteira que continuou a usar depois de casada.

Seus pais - Manoel Corrêa de Oliveira Andrade e D. Joana Bezerra de Andrade, domiciliados na comarca de Goiana, eram, "grandes agricultores, proprietários do engenho Uruaé e das terras do antigo Morgado de Mariuna." (Balduino Coelho. O Conselheiro João Alfredo, Separata da "Revista do Brasil").

Sua infância, de menino rico e mimado, foi igual à dos "filhos de casas abastadas naquêle tempo".

Depois de aprender o alfabeto e o silabário com a costureirinha "Bilia", e na falta desta com o próprio pai, encarregou-se de sua educação o padre Pedro da Silva Brandão.

Foram tão rápidos os seus progressos, prontamente propalados pelos amigos e parentes, que todos lhe asseguravam um futuro promissor, vaticando-lhe que seria "o homem da família".

Mestre e discípulo, numa compreensão recíproca, sabiam corresponder plenamente aos esforços dispendidos.

Só em dois pontos fracassou o bom sacerdote nunca conseguiu vencer a inaptidão de João Alfredo pela música, nem fazê-lo renunciar à paixão política.

Em 1848, quando o preceptor tonsurado deu por terminada sua missão, e se preparava João Alfredo para iniciar os estudos de humanidades, a explosão do movimento praieiro, que testemunhou desde os primeiros albores até a derrocada final, retardou de um ano o início daquêles estudos.

Somente em junho de 1849, pôde João Alfredo seguir para Olinda, onde foi entregue aos cuidados do Dr. José Lourenço Meira de Vasconcellos, um dos mais afamados pedagogos da época. Um mês depois, dando conta do aproveitamento do nôvo aluno, o Dr. Meira de Vasconcellos, professor à antiga, para quem a palmatória constituia o mais eficaz e salutar método de ensino, justo, porém pouco propenso a elogios, escrevia a Manoel Corrêa:

"Não pode ter escapado à perspicácia de V.S. que tem um habilíssimo estudante".

Ainda como o nome de João Walfredo Corrêa d'Oliveira Andrade, que era realmente o seu, como consta do respectivo ba-

tistério, matriculou-se em 1852 no Curso Jurídico de Olinda.

Poderia tê-lo feito mais cedo, mas para isso se tornava necessário adulterar a idade, ao que se opôs o pai, extranhando que o filho quizesse começar a vida por uma mentira.

Eleito deputado provincial, ainda quartanista, viu o diploma contestado pela sua condição de filho família e de menor de vinte e um anos. Convencido da inelegibilidade, não esboçou o menor sinal de protesto.

A tranqüila dignidade em face do destino é um dos traços biográficos que o definem! Tudo lhe chegou cedo, e êle parecia não ter pressa!

Participando da vida intelectual da Academia, ocupou os lugares de secretário do "Ateneu Pernambucano" e de presidente do "Ensaio Filosófico".

Já revelando, desde a mocidade, os seus pendores para as obras de amparo social, foi um dos fundadores do "Montepio Acadêmico", instituição que, sob a presidência do lente Trigo de Loureiro, se destinava a auxiliar os companheiros pobres, possibilitando-lhes a continuação dos estudos.

Colando grau no dia 6 de Dezembro de 1856, teve por colegas de turma, entre outros, Francisco Pinto Pessoa e João Capistrano Bandeira de Melo, que seriam mais tarde professores da Faculdade do Recife, Heráclito Graça, eminente filólogo e membro da Academia Brasileira, e o jurisconsulto Joaquim da Costa Barradas, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

A 21 de Fevereiro de 1857, casou-se João Alfredo com sua prima Maria Eugênia da Cunha Rego Barros, filha dos segundos Barões de Goiana.

Traçando-lhe o retrato moral, escreveu o marido:

"Espôsa fiel, dedicada e amiga, alma pura, tôda amôr e perdão, ela sempre me deu, com sua constante bondade, incentivo para o bem e muitas vêzes a mais eficaz correção de minhas faltas; mãe extremosa, soube repartir cuidados, providências e carinhos maternais com filhos alheios, parentes e estranhos, acolhidos, mantidos e educados no seio de nossa numerosa família; amparou meninos desvalidos, colocando-os em internatos de ensino; casou órfãs, fez milagres de divisão do pouco que havia em casa e até impôs-se privações para dar aos pobres."

Em 1858, a conselho de Paula Batista e Pedro Autran, dois antigos lentes, e mesmo com o sacrifício da nomeação para secretário da província do Ceará, João Alfredo defendeu tese de doutoramento, com o intuito de candidatar-se posteriormente a uma cátedra na Faculdade de Recife, desejo frustrado em 1859, por não ter que-

rido competir com o seu fraternal amigo Francisco Pinto Pessoa.

Assinala, ainda, o ano de 1858 o início da carreira política de João Alfredo, com a eleição para a Assembléia Provincial. A maioria permitiu-lhe, afinal, desempenhar o mandato que antes de tempo lhe fôra oferecido.

Não se descurando dos interêsses particulares, occupou os lugares de delegado de polícia, juiz municipal suplente e promotor de justiça.

Registe-se, aliás, que as funções de promotor, tais como as de delegado de polícia, não se coadunavam com o seu temperamento.

Na tribuna do ministério público, esclarece um seu biógrafo, João Alfredo teve ensejo de medir-se com contendores do porte de Paula Batista, Aprigio Guimarães e Nascimento Feitosa, com êles travando acesos debates.

Nêsses duelos é fácil vislumbrar os ensaios de um neófito em política, buscando sofregamente o seu lugar ao sol.

Era evidente que cortejava uma cadeira de deputado geral. Não poderia mais confinar-se em cenários restritos. Emplumara-se para vôos largos.

Com a reforma eleitoral de 1861, chegou para João Alfredo a grande oportunidade. Eleito deputado à legislatura de 1861/1864, constituiu-se estrênuo defensor de seu partido e de seu chefe.

Defendendo-se com excessivo vigor, teve sérias alterações com Silveira Lobo e Nunes Gonçalves, futuro visconde de S. Luís do Maranhão.

Atingiu tal azedume a discussão com aquêle ex-presidente de Pernambuco, que nela interferiu Francisco Otaviano, declarando que a mesma não era própria de dois colegas, ambos môços distintos.

Dissolvida a Câmara, por decreto de 12 de maio de 1863, João Alfredo não alcançou a reeleição.

Regressando a Pernambuco, ~~João Alfredo~~ voltava outro homem. O Parlamento fôra uma escola. Ampliara-se a sua visão política. Bebera ensinamentos. Cristalizara aptidões.

Abriu imediatamente banca de advogado, e retomando a pena de jornalista, de que já se utilizara anteriormente nos jornais "Vinte e Cinco de Março" e "Diário do Recife", foi redator do "Constitucional Pernambucano" e um dos diretores de "O Conservador".

Além da efemeridade dessas fôlhas, é bom não esquecer que essa incursão pela imprensa obedecia mais a interesses políticos do que a tendências naturais.

Sòmente em 1868, com a ascensão do gabinete de 16 de julho, ~~de 1868~~ chefiado pelo visconde de Itaboraí, que inaugurou uma outra situação conservadora, retornou João Alfredo à Câmara, como representante de sua terra à legislatura de 1869/1872.

Nomeado presidente do Pará durante as férias parlamentares, desempenhou aquêle cargo de 2 de Dezembro de 1869 a 17 de Maio do ano seguinte.

Ganhou alí os fóros de notável administrador, dos maiores que temos tido. Três grandes problemas constituíram-lhe a preocupação máxima - o ensino público, a viação terrestre e a navegação fluvial.

O maior elogio que se lhe pode tributar e repetir as palavras de um adversário: "Mandem para a minha Província, administradores como o Sr. João Alfredo", pedia Souza Franco no Senado.

É que êle tinha como norma de conduta dar ao partido tudo quanto se referia à confiança política, mas reservava para si a administração, sem atender à côr política dos que a serviam.

Da presidência do Pará ao ministério, a distância foi curta.

Quando no dia 29 de Setembro de 1870, o gabinete S. Vicente se apresentou à Câmara, via-se nas bancadas ministeriais a figura de um homem de 35 anos, meão de altura, magro, feições acabocladadas, muito bem posto em seu fardão, rosto quase imberbe, bigode ralo, caído nas pontas como o de um mongol, e o olhar melancólico e mortiço, não obstante a energia que deixava transparecer.

Era João Alfredo Corrêa de Oliveira, o nôvo ministro do império.

Saíra de uma cela no convento de S. Antônio, onde residia, para titular da pasta a que cabia a direção política do gabinete.

João Alfredo ia conhecer finalmente as alegrias e vicissitudes do poder. A posição tão cobiçada, não era em tal conjuntura das mais cômodas e fáceis. O programa do ministério, a questão do elemento servil, pressagiava forte reação, comprometendo-lhe a estabilidade e o futuro político dos que o integravam.

Pela diversidade de opiniões dos que o compunham, desde o idealismo impetuoso de Teixeira Junior, futuro Visconde do Cruzeiro, ministro da Agricultura, até o reacionarismo do então barão das Três Barras, ministro da Justiça, o gabinete S. Vicente era uma verdadeira colcha de retalhos.

Três Barras, posteriormente, 2º Visconde de Jaguarí, e Teixeira Júnior entraram logo em conflito, daí resultando grave crise, a que S. Vicente assistia impotente, sem forças para harmonizá-los, quando mais se tornava imprescindível a unidade de vistas entre todos os colegas.

Com a retirada de Teixeira Júnior e ulteriormente a de Três Barras, tornou-se insustentável a situação do gabinete. Falta-lhe fôlego para enfrentar as oposições coligadas. O que tanto almejava S. Vicente - a cooperação dos dois partidos haviam-na alcançado os opositores da idéia emancipacionista.

Sentindo fugir-lhe o terreno, e após duas tentativas infrutíferas de recomposição, S. Vicente apresentou a sua renúncia formal ao monarca.

Nas duas pastas que ocupou, a do Império, e a da Agricultura, esta interinamente, promoveu João Alfredo medidas de real alcance; criou uma Diretoria Geral de Estatística; remodelou o serviço telegráfico; deu novo regulamento ao corpo de engenheiros civis e estabeleceu outros métodos a seguir nos exames das faculdades de Direito e de Medicina, no sentido de torná-los mais rigorosos e eficientes, para o que instituiu o sigilo das provas escritas.

Essa inovação, combatida dentro e fóra do parlamento, desagradou profundamente os estudantes, que contra ela se insurgiram ruidosamente, no que foram apoiados por parte de certa imprensa:

Em plena rua do Ouvidor, gritavam os jornaleiros: "Uma fôlha quarenta réis; traz o espiche de João Alfredo".

João Alfredo não se intimidou, nem transigiu, suspendeu os cabecilhos do movimento e fez cumprir a lei. Tinha-se revelado o "homem enérgico".

Não se enganara S. Vicente, quando dissera ao Imperador:

"Senhor, naquêlo caboclo reviveu a alma do marquês do Paraná! (Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, Conselheiro João Alfredo - O Homem íntimo - Seleta, Ano V, nº 15, 1919).

No dia em que recebeu a incumbência de suceder a S. Vicente, Rio Branco decidiu desde logo não abrir mão do concurso de João Alfredo. A fim de conseguí-lo, no entanto, teve de remover fortes escrúpulos do jovem titular demissionário, para quem a permanência no novo gabinete parecia implicar numa falta de solidariedade política para com os antigos colegas. Sòmente a conselho dêstes, e dos chefes do partido, também consultados, foi que consentiu, finalmente, em ceder aos insistentes apelos que lhe eram formulados.

A escolha não podia ter sido mais feliz ou acertada.

Se faltava a Rio Branco uma única qualidade - a da energia esta so brava a João Alfredo.

Apesar de contar com a luta, o Ministério de 7 de Março não a provocou nem antecipou. Mas no dia em que Paulino de Souza, em nome de dissidência conservadora e dos liberais, atirou o desafio encontrou do lado oposto, arregimentadas e coesas, as forças ma joritárias, sob o pulso firme de um caboclo nordestino.

À diplomacia sútil e envolvente de Paulino, maneiroso de atitudes, preferindo pedir a ordenar viria contrapor-se a figura de João Alfredo, autoritário, ríspido por vêzes, guerrilheiro por ín dole e cuja ascendência indígena lhe legara a astúcia e pertinácia dos aborígenes.

Poucos homens no Brasil terão possuído em tão alto grau o dom gregário de João Alfredo.

Se lhe faltava a simpatia pessoal, complemento indispensável à posição de líder, compensava-a pela capacidade de persuasão, pela dedicação e pelo predomínio com que sabia impor-se.

(...) "Logo na primeira sessão em que dirige a Câmara, como Ministro do Império, conquista, na frase de Rio Branco, o bastão de marechal." (Joaquim Nabuco, ob. cit. pag. 183, vol. III).

A obstrução, recurso facilitado pela redação do projeto, composto de dez artigos e três parágrafos, foi a arma de que se serviram inicialmente os coligados, numa assembléia de cento e vinte e cinco membros em que o governo tinha somente seguros sessenta e três votos, isto é, a metade mais um. Vislumbrando o perigo das protelações, que punham em risco a passagem do projeto, o ministério resolveu anulá-las por outro golpe igualmente regimental - o do encerramento das discussões sem maiores delongas, tarefa confiada a João Alfredo, tarefa ingente e antipática, da qual lhe resultou o apelido de taciturno líder dos encerramentos.

Ludibriados por aquela manobra, irritaram-se os adver sários.

Cada encerramento correspondia a um sério tumulto, cru zando-se os apartes mais violentos, por entre doestos, alusões feri nas e frases candentes. Pouco faltou para que não se registrassem la mentáveis cenas de pugilatos. Sem se impressionar, nem acovardar-se, João Alfredo mantinha-se impertubável.

Adotando a tática da ofensiva, partia sempre no enca lço dos contendores, aos quais impunha derrotas sôbre derrotas. Ao lado de Rio Branco, cuja eloquência sem par atingiu tôdas as esca -

las a que pode desejar um orador, defendendo quase que sôzinho o projeto de lei, João Alfredo era "a audácia, a vontade, o braço forte do govêrno. A sua coragem passava para as almas mais tímidas, que receiavam o desfecho da luta". (Tobias Monteiro, Pesquisas e Depoimentos. (Timom) [Eunápio Deiró, Estadistas e Parlamentares, Rio de Janeiro, 1883, pag. 44]

Mas aquela impassibilidade de estátua, sem qualquer contração nervosa, um ríctus sequer que lhe traísse os sentimentos mais íntimos, e que chegava a irritar os adversários, que a interpretavam como desdenhosa e provocante, não representava, na realidade, o seu verdadeiro estado de alma. Quantas vêzes, ao deixar a Câmara, ardia êle em febre, tendo de recolher-se ao leito.

Era um emotivo, a quem a noção do cumprimento do dever dava fôrças para controlar os nervos.

"Nenhum ministro, depois do Marquês do Paraná, dirigiu uma maioria com tamanha sobranceria. (...) Fazia lembrar o tom arrogante com que Casimir Perrier, na Câmara francesa, ordenava aos seus fiéis sectários - debout messieurs. Ninguém ousava recalci-trar contra o ministro francês no parlamento, como contra o conselheiro brasileiro. A maioria ministerial movia-se submissa, a oposição irritada envolvia o ministro nos mais duros combates." (Ob. cit. 44).

"Nem sempre foram regimentais, infelizmente, as armas de que se socorreu a oposição. Havia outras bem mais eficientes, conquanto extra-parlamentares, às quais se reporta Joaquim Nabuco:

"(...) As paredes da oposição eram constantes e por todos os modos procurava ela impedir a votação, quando o govêrno reunia número. Todos os recursos eram empregados para desviar os deputados governistas das sessões, procurava-se o médico à hora em que tinha de ir para as sessões, detinha-se o amigo na rua com falsos pretextos até a chamada, inventam-se reuniões, festas, convites, atrasava-se o relógio dos deputados, impedia-se que o empregado da Câmara tomasse o nome dos deputados que chegavam, de modo que o ministro do Império tinha que ser ao mesmo tempo, o chefe, o despertador e o ajuntador da maioria; tinha que correr de residência em residência dos deputados mais frouxos, dos que a oposição requestava, levá-los consigo, deixá-los de sentinela à vista. Alguns dispensavam essa vigilância, assim o protonotário Barreto, de Mato Grosso, que foi uma vez à Câmara com febre, gravemente doente de um erisipela."

"Contava João Alfredo que nos últimos tempos dos debates, já lhe era difícil encontrar um correligionário que quizesse solicitar os encerramentos. Quase todos se eximiam a essa prova de sa

crifício, temerosos das objurgatórias de que se tornavam alvo, muito embora, nesses momentos, vissem sempre junto a si, partilhando da mesma sorte, o ministro do Império. Para obter o penúltimo dêles, teve de lançar mão de curioso estrategema. Aproximando-se de Teixeira Júnior, Presidente da Câmara, ardoroso paladino da causa, e um dos grandes artífices da vitória de 28 de setembro, com êle combinou que mal acabasse de falar um orador da oposição, que se encontrava na tribuna, anunciasse o pedido de encerramento como da autoria de certo deputado, ao pé de quem iria sentar-se. Ao ouvir pronunciar seu nome e prevendo a borrasca, ainda tentou o condenado esquivar-se da prebenda. Olhando-o severamente, João Alfredo obrigou-o a levantar-se, o que a vítima fez como um autômato, sem articular um monossílabo, enquanto da curul presidencial, sob enorme saraivada de protestos e reclamações. Teixeira Júnior declarava com energia: "Está encerrada a discussão".

Um deputado governista, o Padre João Manoel, representante do Rio Grande do Norte, ratifica quase que literalmente, o depoimento acima citado:

"Era o Ministro do Império do Gabinete de 7 de março quem arregimentava as forças libertadoras, quem se entregava a êsse trabalho de propaganda, surdo, invisível, subterrâneo, afanoso, perseverante, incansável, de todos os dias, de tôdas as horas, de todos os momentos animando a uns, prometendo a outros, persuadindo a todos, empregando todos os recursos lícitos, jogando tôdas as armas honestas, fazendo a estatística dos fiéis, vigiando os suspeitos, facilitando concessões possíveis, ajeitando pretensões rasoáveis, visitando deputados, abraçando-os, tratando-os com familiaridade, em confabulações constantes e íntimas, para conservá-los firmes no mesmo pensamento, inabaláveis nas mesmas idéias, identificados nos mesmos sentimentos e resolutos ao mesmo fim.

"Eram precisos, indispensáveis, 61 deputados para constituírem casa e votarem os encerramentos da discussão, que se procurava protelar indefinidamente.

"O ministro do Império conseguiu pela sua tática manter êsse número à hora regimental, dispostos a tudo, a dar e apanhar, sem arredar-se de seus postos, inutilizando o recurso da parede, requerendo e votando encerramentos no meio de uma saraivada de insultos, de remoques, de impropérios, que irrompiam tremendos das bancas das oposicionistas, que ameaçavam, quebrando as balaustradas, não escolhendo epítetos injuriosos para atirarem à face, dos amigos do governo.

"Era o Conselheiro João Alfredo quem sabia inspirar às

falanges emancipadoras essa coragem, essa constância, essa abnegação, essa impertubabilidade para sujeitarem-se a todos os sacrifícios, afrontando impavidamente tôdas as tempestades que se levantavam nos mares encapelados dos interesses feridos e contrariados.

"Todos compreendem quanta habilidade e quanto esforço são necessários para arregimentar uma maioria firme, compacta e irreduzível, em uma coletividade sujeita a seduções, a temores, a vacilações em frente a elementos de resistência organizados com poderosos recursos e formidáveis meios de ação. (Ob. cit. pág.106).

Referindo-se a batalha parlamentar da Lei do Ventre-Livre, escreve Joaquim Nabuco, que outro teria sido o seu resultado "se Rio Branco não tivesse tido um chefe de maioria como João Alfredo para opor a um chefe de oposição como Paulino de Souza". E acrescenta: "Em certo sentido, o gabinete 7 de março poder-se-ia chamar gabinete Rio Branco - João Alfredo. O Imperador, que o indicara a Paranhos, distinguia o ministro do Império dos outros ministros, como um futuro presidente do Conselho; de fato, no partido Conservador, é sobre êle que vem a cair o manto de Rio Branco, morto êste. (Obra cit. pág. 226 e nota 1).

O alheamento de João Alfredo da tribuna, a que já aludimos, atitude das mais compreensíveis para quem se impusera a missão de conter os exageros oratórios, tendo em vista a vitória do Governo, iria servir de motivo aos contendores para ferí-lo, tentando menoscabá-lo.

"Se não a frequentava era por falta de predicados", argumentavam uns. "Vistas curtas", acrescentavam outros. Não o diminui a malignidade, antes o engrandece. O seu silêncio, majestoso pelo estoicismo, foi de uma eloquência sem par.

"Advinhando a intenção de forçarem-no a longos debates, deu de ombros às provocações. Calava-se e fazia calar o próprio Rio Branco. Em certa ocasião, chegou mesmo a censurá-lo: "Se V.Ex., com a sua reputação de orador, não quer fazer êsse sacrifício, pense qual será o meu, que sou moço, quase desconhecido, e quase sempre atacado nos meus dotes de orador".

"Êsse desabafo é de alto valor psicológico. Podiam doer-lhe os remoques, como realmente doíam, mas a vaidade pessoal não seria capaz de afastá-lo de sua linha de conduta. Fóra das discussões da lei do ventre livre, em que nunca quebrou o mutismo premeditado, nunca deixou de ocupar a tribuna, sempre que se tornava necessária a sua palavra em assuntos pertinentes à sua pasta."

(...) "Na árdua batalha da lei do ventre livre, Rio Branco dividiu com João Alfredo os louros da vitória. Ações diversas, porém conjugadas harmônicamente, constituíram-se um perfeito bi

nômio de fôrças. E porque se completaram e se compreenderam, foi que puderam vencer". (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 251, João Alfredo e a Lei do Ventre Livre, Pedro Moniz de Aragão, pág. 190/191).

Em 1872, ainda mal refeito dos esforços despendidos para a vitória da lei do ventre-livre, amarga surprêsa aguarda João Alfredo - a questão religiosa. Foi a campanha que mais lhe doeu, a página triste de sua vida política.

Pôsto que não o ligasse a D. Vital, qualquer parentesco, próximo ou remoto, como tem sido frequentemente repetido, prezava-o como se fôsse de seu sangue. Criando-lhe profunda estima, desde o dia em que, menino ainda, o conheceu em Goianinha, pequena povoação nas imediações da cidade de Goiana, em Pernambuco, auxiliava-lhe a educação com carinho e desvêlo. Nunca se perderam de vista, malgrado a distância que os separou durante anos e a diferença de vocações. Se D. Vital tinha na mais alta conta os méritos de João Alfredo, não havia em compensação, em todo o Império, quem mais lhe admirasse e exaltasse as qualidades de cidadão e de sacerdote.

"Conheço o capuchinho, escreve êle ao Imperador a 24 de abril de 1871, de quem o Bispo falou a Vossa Majestade. É Fr. Vital Maria de Pernambuco, homem inteligente e de raras virtudes manifestadas desde os primeiros anos. Contam-se dêle atos de caridade, que fazem lembrar a vida de alguns santos".

As cartas de D. Vital a João Alfredo constituem um espelho e um gráfico da amizade que se tinham.

Na primeira, de 19 de junho de 1871, dizia o futuro bispo de Olinda:

"As últimas palavras do telegrama de V. Exa., unidas à voz da santa obediência, puzeram têrmo a tôda a relutância e hesitação de minha fraca natureza, sempre inimiga de cruces.(...) Ouso esperar sempre do amigo e do protetor da minha infância tôda a coadjuvação e apoio necessários ao desempenho da santa porém árdua e espinhosa missão" (...)

N'outra, de 23 do mesmo mês, comovido pela gentileza de João Alfredo que havia presenteado sua mãe com a caneta com que referendara o seu decreto de nomeação, extravasa tôda a emoção que lhe domina a alma.

"Não podendo resistir aos impulsos do meu coração eternamente grato, apresso-me em dar a V. Exa. um sincero testemunho de meu profundo reconhecimento pelas bondades e finezas com que V. Exa. não se cansa de penhorar a minha família, e especialmente pela delicada atenção com que V. Exa. acaba de honrá-la e honrar-me na pessoa

de minha cara mãe. Impor-me-ei sempre o dever de retribuir a V. Exa. simpatia por simpatia, afeição por afeição, amizade por amizade. Se eu fôr bastante feliz para merecer uma resposta sua, peço a V. Exa. que m'a dê com tôda a familiaridade e sem-cerimônia de amigo".

A de 14 de outubro é uma mensagem de congratulações:

"Ditoso aproveito a oportunidade para, na qualidade de amigo dedicado, dar a V. Exa. os meus sinceros e mui sinceros parabens por haver tão gloriosamente, e a despeito da triste e vergonhosa oposição, levado a efeito a lei essencialmente salutar de 28 de setembro findo. Como Brasileiro e como Católico, na pessoa de V. Exa. felicito igualmente e do íntimo d'alma o atual ministério, do qual V. Exa. é incontestavelmente uma das glórias".

Na de 15 de março de 1872, lamenta D. Vital:

"Empreguei todos os meios ao meu alcance para que a sagração se fizesse nos primeiros dias de março, a fim de que V. Exa. pudesse abrilhantá-la com a sua presença, porém o Sr. Bispo sempre esquivou-se".

Trata do mesmo assunto a de 19 de março:

"O humilde amigo de V. Exa. foi sagrado a 17 do corrente, e imensamente sentiu êle não ver essa cerimônia realçada com a presença de V. Exa.

Inexoravelmente, porém, numa de suas tramas tão ingratas, o destino se encarregaria de separá-los. Porque fôsse titular da pasta a que competia a direção dos cultos João Alfredo viu-se envolvido no conflito surgido entre a maçonaria e o governo Imperial, como personagem principal.

Avaliando o vulto do incidente, de início tenta evitá-lo por meio de suas relações pessoais com D. Vital. Escreve-lhe para isto longa carta. "Ainda não há resolução tomada pelo governo Imperial, diz êle em certo trecho, eu tenho evitado tomá-la em respeito a V. Exa. pela muita consideração que merece e que eu devo à autoridade eclesiástica; mas não sei até quando poderei esquivar-me da Intervenção que é solicitada, e que os fatos podem tornar urgentes e indispensáveis.

"Nestas circunstâncias, e cheio de verdadeira aflição venho rogar a V. Exa. Revma. que excogite meios de nada adiantar na questão e de moderar a oposição, até que pelo tempo, pela reflexão ou por meios de providências mais oportunas cesse para o governo a obrigação de conjurar os perigos de ordem pública e se ofereça a V. Exa. ocasião de conseguir de suas ovelhas pacificamente, pela autoridade moral da Igreja, que lhe aceitem os conselhos e determinações. O tempo é um grande remédio, e o que em certas ocasiões e circunstâncias levanta resistência e clamores gerais, em outras faz-se com

M. J. N. I. — ARQUIVO NACIONAL

grande facilidade, com um só ato, com uma só palavra.

"Falo a V. Exa. Revma. como filho obediente, como amigo dedicado; creia nos meus mais puros sentimentos: é levado por eles que eu lhe endereço a súplica constante desta carta, e confio sua eficácia da prudência e do patriotismo de V. Exa. Revma."

Inabalável em sua decisão a resposta de D. Vital não deixa dúvidas quanto à atitude que iria tomar.

"Muito me custa crer, Exmo. Sr. que o mesmo punho que há tão pouco tempo assinou o decreto de minha nomeação, lavre agora a sentença da minha desmoralização.

"Todavia, se tal acontecer, rogo encarecidamente a V. Exa. como bom amigo, lavre antes o meu decreto de prisão ou de ostracismo, porque o apoio prestado à maçonaria pelo Governo Imperial, não me fazendo de modo algum recuar, dará infalivelmente ocasião a conflitos lamentáveis.

"Compreendendo eu, Exmo. Sr., que esta questão é de vida ou de morte para a Igreja Brasileira, cumpre-me antes arcar com os maiores sacrifícios, que afrouxar. Procederei sempre com muita calma, e vagar; porém ceder, ou não ir adiante, é impossível. Não vejo meio termo.

"Se V. Exa. prevê que não pode apoiar-me, e que a minha resistência vai dar lugar a cenas tristes, conjuremos a tempestade enquanto é tempo. E para isso só conheço um meio: peça o Governo Imperial à Santa Sé que me mande quanto antes para o meu convento.

"Porém esta medida pouco adiantará ao governo.

"Se eu fôsse político, ou tivesse mais idade, diria que sérias perturbações de ordem pública estão iminentes em quase todo o Brasil e são inevitáveis apesar de toda a prudência humana. A causa reservo-me para dizer a V. Exa., pessoalmente, quando tiver ensejo.

"Peço a V. Exa. que não se admire da minha excessiva franqueza. Na ocasião presente não escrevo ao Exmo. Sr. Ministro do Império; escrevo confidencialmente a um amigo, e a um amigo diz-se a verdade inteira, sem reboço. Em questões de tão alto alcance e magnitude, toda a franqueza entre os amigos não é demais.

"Não desanimo: pelo contrário, mui espero do amparo e dos sentimentos religiosos de V. Exa. depois do auxílio divino."

Porque fôsse titular da pasta do Império, a que competia a direção dos cultos, viu-se João Alfredo compelido a adotar as providências necessárias no sentido de processar criminalmente o Bispo de Olinda, como réu de desobediência às leis civis.

Sempre lhe pareceu que o dever lhe vedava a transigên

cia, o mesmo dever que levava D. Vital a não transigir com os maçons. Deixar o ministério, caminho que lhe indicava o coração, além de parecer uma fuga, assemelhava-se uma falta de solidariedade com Rio Branco.

Aceitou, por isso a decisão da maioria, muito embora pendesse para medidas menos drásticas, como fôzsem as temporalidades sugeridas por Nabuco de Araújo, no Conselho de Estado, vale dizer, a deportação do Bispo, com suas cõngruas, condicionalmente, isto é, até que reconheça as leis e os podêres do Estado. (Joaquim Nabuco, ob. cit. vol. III, pág. 340).

Dentre tôdas as explicações, preferiu o sacrifício de uma amizade caríssima, que nunca olvidou.

Em plena luta, num desabafo insopitável, confessava êle a Lucena:

No Sr. D. Vital, não vejo sòmente o Bispo de Pernambuco, mas também o amigo que ainda prezo e que sempre respeitarei.

Na parede principal da sala de visitas de sua casa, como símbolo de uma afeição indestrutível, alí se conservou, até a hora em que exalou o último suspiro, o retrato de D. Vital.

Jamais se lhe desfez da memória impressão tão dolorosa.

À beira do túmulo, com mais de oitenta anos, inflama va-se tôda a vez que lhe falavam na questão religiosa. E a seu genro e confidente, Dr. Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, que o inquiriu um dia sôbre o "porque" de sua atitude, respondeu com amargura: "Fraqueza, meu amigo, unicamente fraqueza... não tive a coragem de parecer aos outros fraco."

Recorrendo aos números, torna-se possível comprovar, de fôrma irrefutável, os serviços prestados por João Alfredo à instrução pública no período em que esteve à testa do Ministério do Império: "1870 havia em todo o Império 3.516 escolas; em 1874 elevava-se a 6.000.

Em 1870, havia uma escola para cada 2.394 habitantes; em 1874 uma escola para cada 1.250 habitantes.

Em 1870, havia uma escola para cada 541 crianças: em 1874, uma escola para cada 314 crianças. Em 1869, havia em todo o Império uma escola de instrução primária noturna; em 1874, existiam 117.

Além de multiplicar o número de escolas, também delibrou alojá-las em prédios condígnos, especialmente edificados para o fim a que se destinavam.

São de sua iniciativa os chamados Palácios do ABC, como foram malígnamente chamados.

Prédios projetados e construídos por F. Bitencourt da Silva, de belas linhas arquitetônicas, nos quais os adversários, pondo de lado as vantagens, só queriam ver luxo e desperdício, independentemente de considerá-los como um ultrage à condição social de seus alunos: "A magnificência de tais construções chegou a afirmar um ilustre estadista, contrasta com a pobreza dos meninos que terão de frequentá-las e cuja alma não será isenta da reação provocada pela humilhação que sentirão ao comparar a contingência de sua sorte com a grandeza monumental que todos os dias aparecerá aos seus olhos.

Com exceção dos edifícios da Escola Benjamin Constant, na Praça Onze de Junho, já demolido, e a denominada Orsina da Fonseca, cujo prédio se encontra em ruínas, todos os outros ainda existem, e nêles têm suas instalações as escolas Amaro Cavalcante, Riva d'Ávia Corrêa e José Bonifácio.

Deve-se a João Alfredo a fundação do Asilo dos Meninos Desvalidos, atual Colégio Estadual João Alfredo, de onde saíram figuras de grande projeção em nosso mundo artístico, como o pintor Batista da Costa e os maestros Francisco Braga e Henrique Oswald.

Muito contribuiu João Alfredo para a fundação da antiga Escola de Minas de Ouro Preto, atual Escola Nacional de Metalurgia. Grandes serviços também prestou ao Liceu de Artes e Ofícios, ao Instituto dos Surdos, ao Instituto Benjamin Constant, e à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atual Escola de Engenharia, etc. Medida de grande alcance foi a criação de mesas de exames preparatórios nas províncias.

Coube à João Alfredo realizar o primeiro recenseamento efetuado no Brasil. Também sentiram o influxo de sua ação a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público do Império, atual Arquivo Nacional, o Colégio Pedro II, e as Faculdades de Medicina e de Direito.

Se do primeiro contato, em 1860, com os vultos eminentes da política nacional, a impressão de João Alfredo foi das mais vivas, o mesmo não sucedeu com referência à cidade.

Chocou-o o mau estado da metrópole, suja, desgraciosa, cheia de becos estreitos e sinuosos, sem luz, sem arejamento, e cujos prédios, pela lastimável arquitetura e falta de asseio e conforto, não destoavam do aspecto geral.

Nessa convivência inicial com a Côrte, João Alfredo olhou-a diferentemente. Não era um provinciano deslumbrado, sempre pronto a embevecer-se diante do que via.

Seus olhos eram de administrador, observava falhas, planejava reformas. Por isso mesmo, embora anônimo, prometeu a si

mesmo, num voto íntimo, que, se algum dia lhe fôsse possível, haveria de introduzir grandes melhoramentos na cidade.

Nesse sentido, um dos seus primeiros passos foi rever o velho plano de arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio, autorizado desde 1853, por decreto de n. 1187, em virtude de solicitação de Felisberto Caldeira Brant Pontes, 2º Visconde de Barbacena, que, para instalação de um empresa, julgara indispensável o desmoronamento dos mesmos, o que foi permitido por ser de decidida vantagem da salubridade pública desta capital, de sua regularidade e de seu cômodo trânsito, e também por constar que várias ruas estavam projetada no morro de Santo Antônio.

Muito embora as condições da concessão fôsse das mais vantajosas para o governo, o empreendimento não pôde ser levado a efeito em virtude do programa de rigorosa economia adotado pelo gabinete de 25 de junho, presidido por Caxias, que sucedeu ao de Rio Branco.

Deve a cidade do Rio de Janeiro a João Alfredo um dos seus mais belos parques - o Campo de Santana - concepção e traçado do botânico francês Glaziou, cenário de grandes acontecimentos históricos a propósito do qual escreveu João Alfredo:

"Vindo em 1860 a esta cidade, como deputado à Assembléia Geral Legislativa, tive má impressão da grande praça onde pastavam burros lazentos e trabalhavam em descoberto lavadeiras, expondo aos transeuntes tachos de barrela e estendais de trapos."

Afinal pelo mesmo diapasão o testemunho do Barão Homem de Melo:

"Todos os que conheceram o Rio de Janeiro antigo, lembram-se que o Campo de Santana, em cuja área lançavam-se detritos e resíduos de todo o gênero, era um verdadeiro foco de infecção, sacrificando inteiramente tôdas as leis de higiene pública".

Cometimento arrojado pelo custo, o projeto de João Alfredo tinha contra si a incompreensão da época, refratária a qualquer iniciativa supostamente supérflua.

Tendo sido muitos os que acusaram João Alfredo de malbaratar em tentativas inúteis e dispendiosas as rendas de sua Secretaria, como no caso em apreço, torna-se oportuno conhecer esta sua resposta endereçada a Duque Estrada Teixeira, na Câmara, na Sessão de 12/8/1874:

"Falou o nobre deputado no ajardinamento do Campo da Aclamação. Esse ajardinamento é a satisfação de uma necessidade pública, e muito há de influir não só na salubridade desta capital, como nos costumes da população. (Apoiados). Todos compreendem que numa

cidade como a do Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de ter refrigerios, para que a população se distraia, e refrigerios como o que se prepara no Campo da Aclamação, são verdadeiros pulmões para a cidade. (Apoiados).

"Ora, em vez do espetáculo repugnante que a cada um de nós e ao estrangeiro oferece atualmente o Campo da Aclamação, creio que será muito agradável ter dentro de 6 ou 8 anos aquela grande praça ajardinada, e isto com a maior economia, como tenho procurado fazer. (Apoiados). Uma cidade tão importante a todos os respeitos, merece um benefício desta ordem, e não posso crer que o nobre deputado, filho e representante do município da Côrte, leve e mal este serviço que eu, provinciano, quero realizar (Apoiados), protestando contra a política de bairrismo, que me parece inconveniente e desrazoada. (Apoiados) Compreende que é do interêsse de todo o Império que a sua capital seja digna d'êle." (Apoiados)

E a um aparte de Araújo Gois Jr. alegando que "uma obra daquelas absorvia tôdas as rendas das províncias", retrucou João Alfredo: "Não absorve. Some o nobre deputado os impostos que são cobrados para o Estado, devendo pertencer ao município, como a décima urbana, por exemplo, e verá que esta cidade tem direito a melhoramentos que são retardados."

Na preocupação obcecante dos saldos, transformando em tabús os superavits orçamentários, o consenso geral do tempo não podia admitir e muito menos aplaudir o desvio de grandes cifras para realizações julgadas supérfluas. Para triunfar, por conseguinte, foi preciso João Alfredo, independentemente de considerável dose de energia, a habilidade de saber afastar os obstáculos, originados pela má vontade de muitos e da obstinação de alguns.

No dia da inauguração do belo parque, quando João Alfredo já tinha deixado o poder havia cinco anos, atestando o quanto êle resultara do esforço e da pertinácia de seu idealizador, D. Pedro II externou públicamente os seus aplausos, afirmando:

"Deve-se a João Alfredo. A êle devemos agradecer: foi preciso ter muita perseverança; êle a teve e venceu. (...) Não está aí o João Alfredo? Desejava encontrá-lo agora aqui."

Mas os melhoramentos parciais, como êsse, se traziam proveito imediato, não traçavam uma rota segura pela qual se orientasse o governo.

O pensamento de João Alfredo voava mais alto, em direção de objetivos mais dilatados, e como se sucedessem as propostas para execução de diversas obras, aquele ministro, no intuito de "subordinar tais projetos a um sistema geral de trabalhos, resolveu encarregar os engenheiros Pereira Passos, Morais Jardim e Marcelino Ramos,

M. J. N. I. — ARQUIVO NACIONAL

o primeiro dêles consultor técnico de sua pasta, de elaborarem, em comissão, um estudo detalhado acêrca dos melhoramentos de que carecia a cidade.

Pela natureza de seu conteúdo, aqui reproduziremos na íntegra o teor dessa indicação:

"2ª Secção - Rio de Janeiro - Ministro dos Negócios do Império - Em 27 de maio de 1874.

"Sendo de reconhecida necessidade que se organize um plano geral para o alargamento de várias ruas desta capital, e para a abertura de novas praças e ruas, com o fim de facilitar a sua circulação, e melhorar suas condições higiênicas, dando-se ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às construções, resolvi incumbir dêsse trabalho uma comissão composta de (Pereira Passos) e dos engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva.

"Na organização do referido plano, deverá a comissão atender às conveniências de ficarem as novas ruas e praças, ou as que tiverem de ser alargadas ou retificadas, dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitos com facilidade; e tratará de conseguir que os novos alinhamentos não exijam a demolição dos edifícios públicos mais importantes, nem dos prédios particulares de grande valor, procurando em geral, quanto for possível, não prejudicar as construções existentes.

"O projeto designará a largura das calçadas e dos passeios laterais nas novas ruas e praças, e, se houver vantagem em serem êsses passeios cobertos com arcadas ou pórticos contínuos, á altura que mais lhe convém, a fim de não impedirem a introdução de ar livre e de abundante luz nas lojas e aposentos.

"A comissão indicará quais as ruas e praças que devem ser desde já abertas ou alargadas e aquelas cujos alargamentos devem ser feitos à medida que se reedificarem os prédios existentes, a fim de que tais reedificações fiquem subordinadas aos novos alinhamentos.

"Finalmente, cingindo-se às prescrições da junta de higiene, estudará e proporá todos os melhoramentos que interessem à salubridade pública, e especialmente o atêrro dos pântanos, cumprindo também que proponha as regras que devem ser observadas nas construções dos edifícios particulares. Deus guarde a V.M., João Alfredo Corrêa de Oliveira."

Se dêsse grandioso plano, nada pôde ser realizado por João Alfredo, isso não importa em dizer que a sua ação se tenha li-

mitado ao terreno das tentativas.

Muito pelo contrário.

Antes de Pereira Passos, poucos terão excedido a João Alfredo nos benefícios feitos à cidade, e que podem ser atestados com os rios que desobstruiu, com a remoção do matadouro do bairro de São Cristovão para Santa Cruz, com a inauguração do parque da Praça da República, com a construção de prédios para escolas públicas, com o prolongamento da rua Leopoldina (Araújo Porto Alegre) e muitas outras providências, que ratificam plenamente o honroso título de "o grande edil do Rio de Janeiro", com o que o galardou Joaquim Nabuco. (Um Estadista do Império - Obras completas de Joaquim Nabuco, vol. III, pág. 389).

Com a retirada do gabinete de 7 de março, e após uma permanência de quase cinco anos à testa de um ministério, caso único na história do segundo reinado, João Alfredo tinha direito de repousar. Foi por esse motivo que recusou o convite de Caxias, sucessor de Rio Branco, para o cargo de presidente do Rio Grande do Sul.

No ano imediato, volta à Assembléia Provincial de Pernambuco, que o elege presidente. Em 1876, com a jubilação do Visconde de Camaragibe, é nomeado diretor da Faculdade de Direito do Recife, cargo que só abandonou em 1887, em virtude da sua entrada para o Conselho de Estado, por decreto de 4-12-1886, que exigia residência permanente na Corte.

"Como diretor da Faculdade, informa Clovis, comandava sem aspereza: mantinha o princípio da autoridade, agindo com lanhesa, mas deixando sentir que o poder estava em suas mãos; era reto mas conciliador para conter a mocidade na linha do respeito, quando em conflito com os lentes, se o direito não estava abertamente com estes, deixava o tempo exercer a sua função sedativa ... (História da Faculdade de Direito do Recife - Rio de Janeiro, 1927, 2º vol. pág. 213).

Ainda em substituição a Pedro Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, Visconde de Camaragibe, o poderoso "Rei do Norte", entrou para o Senado em 1877. Pilheriaram, então, os adversários: "O Camaragibe nada mais podendo fazer pelo João Alfredo, morreu para dar-lhe o lugar."

Em 1885, recusando o convite de Cetegeipe, que pôs a sua disposição as pastas do Império e da Fazenda do gabinete de 20 de agosto, não quiz fazer parte daquele ministério. Mas para que a recusa não desse margem à interpretações capciosas, ofereceu-se para presidir qualquer província, mesmo das mais distantes, e menos cobçadas.

Coube-lhe a de São Paulo, onde patenteou, mais uma vez, o tino de administrador, tendo sempre em vista, como êle mesmo confessou, os exemplos do Conde da Boa Vista, em Pernambuco e de Jerônimo Coelho, no Pará.

Nomeado por carta Imperial de 30/8/1885, tomou posse a 18 de outubro do mesmo ano.

"Incontestavelmente o conselheiro João Alfredo governou São Paulo com amôr e empenho de acertar. (...) Chegou João Alfredo e logo se ocupou da construção de um túmulo para os despojos do patriarca da Independência. = Senhores, dizia êle a seus amigos, não se compreende que a terra do Ipiranga não tivesse dado até hoje um túmulo a José Bonifácio.

"E dirigiu um apêlo à Assembléia Legislativa Provincial, que foi atendido. Foi João Alfredo quem encarregou a Bernardelli de construir o mármore, que hoje se vê e admira no claústro do Carmo, em Santos.

"A criação da Comissão Geográfica e Geológica lhe pertence, assim como também a nomeação de Orville Derby para seu director. Ocupou-se o presidente João Alfredo do levantamento de uma estatística da província.

"E dêsse trabalho ficou o notável livro (tão raro hoje) organizado principalmente por Adolpho Pinto. Verdadeira monografia, notável e profunda, sob todos os pontos de vista, o "Relatório Estatístico da Província de São Paulo" é um livro básico para os estudos do desenvolvimento e progressos de São Paulo.

"A Secretaria do governo foi regularizada; e o arquivo, dependência dessa mesma secretaria, "que se achava em estado caótico" foi reorganizado e começou a merecer atenção.

"Durante a sua administração, libertaram-se escravos pelo Fundo de Emancipação no valor de 250 contos. O cais de Santos foi objeto de preocupações do presidente, e os melhoramentos propriamente da cidade de São Paulo não foram descuidados. Esteve na capital o engenheiro Revy, afamado pelos seus conhecimentos de construções para embelezamento e saneamento de cidades e assuntos hidráulicos.

"O nosso histórico e tradicional Anhangabaú mereceu de João Alfredo os melhores cuidados. "Traçou-se-lhe o leito e fez-se-lhe o nivelamento desde a foz do Tamandateí até a ponte do largo do Riachuelo, com o fim de ser canalizado sob coberta."

"As inundações ocasionadas pelo Tamandateí, por ocasião das enchentes, consequência da época das águas, mereceram igualmente cuidados do presidente, que encarregou o engenheiro Bianchi, ainda hoje funcionário das Obras Públicas da Prefeitura, de estudos

a respeito.

"Resolvido a dar à sua administração em São Paulo o cunho mais acentuado de sua cultura e elevação de ânimo, ativou os trabalhos da Comissão do Monumento do Ipiranga, e a 23 de março de 1886 foram contratadas as obras, projetadas pelo engenheiro Bezzi, com o arquiteto Luís Pucci.

"As obras deviam custar mil contos de réis, em sua totalidade. Não passou despercebido ao senador presidente o estado precário da instrução pública primária, que no seu dizer "deixava quase tudo a desejar."

"No dia 26 de abril de 1886 passou João Alfredo o governo da província ao primeiro vice-presidente, barão de Parnaíba. S. Exa. deixou saudades. Conservadores e liberais sentiram a retirada do homem que, no dizer dos contemporâneos, deu tão fecundo exemplo de elevação de ânimo, e foi o protótipo de administrador, dotado de esmerada cultura intelectual, profundo conhecimento dos negócios, inexcedível atividade a ilimitado desejo de fazer justiça franca e leal.

"Na véspera de passar o governo, recebeu o senador João Alfredo significativa demonstração de apreço por parte dos correligionários num banquete, que se realizou no salão do Grande Hotel, à rua de São Bento.

"Em nome do partido falou Rodrigo Silva, que oferecendo o banquete, saudou ao preclaro homem de Estado. "Não houve, ainda, disse Rodrigo Silva, não houve ainda um presidente que, em tão curto espaço de tempo, reunisse tantos elementos para a prosperidade da província."

"João Alfredo respondeu: "Fiz o que não podia deixar de fazer: Na minha conduta só há um mérito, o da coerência. Na terra dos Andradas, Feijó e Paula Souza, exemplos de patriotismo e zelo pela causa pública, só podia governar como governei. É um crente na grandeza do Brasil, e reconhece que o futuro de São Paulo depende dos esforços e trabalhos de seus filhos, cabendo ao governo facilitar-lhes o caminho e suavizar-lhes a tarefa ingente. São Paulo é uma terra do trabalho."

(...) "No dia 27 de abril de 1886, em trem especial, que largou da estação do Norte às 13 e meia horas, regressou para o Rio de Janeiro o Conselheiro João Alfredo.

"À estação compareceram o Partido Conservador, em peso, o marquês de Três Rios, o comendador José Vergueiro, desembargadores, altos funcionários civis e militares, muitas pessoas gradas e entre esses Martinho Prado Júnior e Rangel Pestana." (Eugênio Egas, Presidente de S. Paulo, Período Monárquico, 1822/1889, pág. 635-637).

Referindo-se ao seu govêrno em São Paulo, escreveu Júlio Ribeiro, jornalista republicano: "Só nos cabe render preito à honestidade da administração que findou... S. Exa. fez tudo o que pôde, e fez muito. Também ninguém lhe nega justiça." (Balduino Coelho, obra cit.)

"Filho, neto e bisneto de senhores de escravos, nascido e criado em engenho, João Alfredo identificou-se desde o berço com o problema do elemento servil. Conhecendo as alegrias da casa-grande, feriram-lhe também os ouvidos as lamentações das senzalas.

"Teve por ama uma escrava, serviu-lhe de pagem um escravo, e eram ainda crias de escravos os seus companheiros de brinquedos, a êles nivelando-se pela vida simples dos engenhos.

"Tôdas essas circunstâncias, ligando-se e completando-se, devem ter **contribuído** fortemente para a sua formação moral.

"E a sua primeira atitude, ante a servidão negra, foi de revolta e protesto.

"João Alfredo foi "abolicionista desde os anos em que um menino pode conhecer o próprio instinto e guardar lembrança de suas manifestações."

"A escravidão, com tôds os seus horrores, era o único espinho que lhe pungia a felicidade de criança rica e mimada.

"Êsse sentimento de piedade pelos oprimidos despertou quase que instintivamente. Nunca ouviu de seus primeiros mestres a menor condenação ao cativo. Dentro do próprio lar, o espetáculo que se lhe deparava era o do entrechoque de dois temperamentos e duas tendências.

"Ao passo que a mãe aceitava e até mesmo aplaudia a triste instituição, o pai "era um homem superior ao seu tempo e à sua gente."

"Êle animava o pecúlio dos escravos, dos quais se constituia banqueiro para doutrinar economia e vigiava o bom emprego do dinheiro; permitia marido e mulher, filhos à parte da escravaria, recebendo rações suas e melhorando a panela com produtos de criação e horta; estabeleceu e executou fielmente o princípio de que cada escravo se libertasse por si mesmo ou por liberalidade de terceiros, não pagando mais do que tivesse custado, quando o preço corrente fôsse maior." (João Alfredo - Memórias Políticas).

"Nessa luta doméstica, João Alfredo pendia para o lado paterno em tão inequívocas demonstrações de entusiasmo, que um parente, em certa ocasião, foi denunciá-lo ao pai "como perigoso à agricultura", insinuando-lhe que o fizesse plantador de cana.

"O sorriso com que foi acolhida a denúncia, sorriso de orgulho e satisfação, deve ter descoroçoado o delator...

"Manoel Corrêa, porém, era uma voz isolada.

"Os outros membros da família, família de aristocratas rurais, que viam em João Alfredo uma esperança do clan, tudo faziam para afastá-lo de suas inclinações naturais.

"João Alfredo, pelo que vemos, teve sempre consigo, levando-os para a vida pública, dois pendores antagônicos - o do coração e o da razão, esta sobrepujando aquêle.

"A primeira vez que se manifestou sobre o assunto, em 1869, nota-se-lhe, claramente, os temores que o assaltavam.

"Eu sou dos que pensam", dizia então na Câmara, "que é necessário aos povos livres andar com segurança e prudência, e suportar o que tem de menos bom para conservar o bem que possuem, e adquirir oportunamente, sem o abalo que as mudanças rápidas trazem, o bem que desejam. É de conservador êste modo de pensar."

"Não há que estranhar a linguagem de João Alfredo.

"Autêntico representante dos canaviais nordestinos, que o braço escravo cultivava e opulentava, o seu procedimento, apesar de convicções íntimas, tinha de ser calmo e refletido.

"Romper com os preconceitos sociais, jogando o destino numa cartada perigosa, só o fazem sonhadores e idealistas.

"João Alfredo não era dêsse estôfo.

"Tendo nascido com a vocação do estadista, as suas armas deveriam ser a ponderação e a previdência.

"Explicando, posteriormente, a sua evolução, testemunha João Alfredo: "... Em vez de uma imaginação vivaz e luxuriante, que atribua virtudes miríficas e as mais belas côres à opinião que se adota, e forma com a que se não adota um quadro medonho e lúgubre, eu sempre tive a sensibilidade e a razão equilibradas, de modo que nunca sacrifiquei ao sentimento considerações de ordem social e econômica. É assim que, sentido desde verdes anos todo o amargor das tristezas que me causava a escravidão no Brasil, só em 1871 dediquei os meus esforços, os maiores que podia fazer, a causa da emancipação.

"Mas de que modo?

"Revogando o princípio cruel, que transmitia a pena de geração em geração, e dando à propriedade, que as nossas leis reconheciam, a justa indenização. Daí por diante nunca me pronunciei senão no mesmo sentido."

"Em 1880, com a morte do Visconde do Rio Branco, tornou-se João Alfredo o chefe incontestável da ala progressista do partido conservador.

"Num presságio dos mais felizes, observava Rui Barbosa, em 1883:

"... na questão do elemento servil, o Sr. João Alfredo não se sabe bem o que quer, mas da noite para o dia, é capaz de querer tudo."

"Por aquilatar o valor de sua cooperação, em vão tentou-a Dantas, em 1884, apoiado pelo imperador.

"Recusando-se a anuir, João Alfredo indicou ao monarca a solução que lhe parecia mais conveniente - um gabinete de que participassem êle e Paulino, sob a presidência de Cotegepe.

"Mas se falhou êsse passo, deu outro igualmente eficaz como fôsse o de alcançar do estadista baiano a célebre declaração de que partido conservador queria, podia e devia realizar a reforma do elemento servil.

"Não seria exagêro admitir-se que abolição estava feita desde o instante em que João Alfredo arrancou de Cotegepe êsse compromisso antecipado.

"Homem do partido, João Alfredo só caminharia com o seu partido, não sendo outra a razão por que se eximiu ao convite de José Mariano para assinar, em 1884, o manifesto da fundação da Comissão Central Emancipadora do Município do Recife."

"Os que hoje, como ontem, julgam imerecida a glória de João Alfredo, vão buscar num discurso por êle proferido no Senado, em 1885, aquilo que reputam uma prova de contradição pessoal.

"É dever de lealdade reproduzir o trecho incriminado:

"Penso que há muito perigo em destruir na consciência pública a noção da inviolabilidade, que a Constituição garante (apoiados), porque isto pode preparar futuras revoluções sociais.

"Muito infeliz foi o Brasil, herdando esta instituição; porém mais infeliz será se a sua extinção não for conseguida mediante sábias cautelas e previsões, de modo que não se acarrete graves perturbações.

"Nós temos o duro encargo desta liquidação; procedamos, não como homens, que se deixam levar pelas ameaças e vivórios, mas como homens que se compenetraram do seu dever e que, em vez dessas glórias da praça pública, querem uma glória real e verdadeira que proporcione dias tranquilos à sua pátria.

"Podem ser muito sedutoras as glórias de Lincoln e seu partido, inundando de sangue o solo da pátria, acumulando ruínas, destruindo brusca e violentamente a propriedade, de que o Estado tinha a maior culpa que os particulares.

"À mim mais seduz e admira a corajosa honestidade com que Johnson resistiu aos vencedores, procurando evitar e em todo o caso moderar a revolução social que se operava no sul."

"Mas se assim se externava, e o fazia, como lembrou Evaristo de Moraes, menos por oposição à liberdade dos sexagenários do

que por oposição aos liberais, não deixava de aduzir:

"Ninguém aspira com mais ardentes votos do que eu a extinção da escravatura; mas desejo a reforma com espírito e processo conservador. Desejo ver a corrente da opinião que se está formando prosseguir dentro da lei, sem ofensa dos princípios fundamentais da sociedade, como o rio que, embora volumoso, corre pacificamente em seu leito, sem transbordar."

"Esse trecho final, se não destrói, atenua de muito o calor das palavras iniciais. O horror à guerra civil, que se lhe incutira no espírito desde o dia em que presenciara o combate de Pau Amarelo, na revolução praieira, não se desvaneceria nunca.

"A idéia, evidentemente, ainda não lhe parecia amadurecida.

"Merece transcrição, pelas afinidades com o caso de João Alfredo, o que, a propósito de Lincoln, disse Joaquim Nabuco:

"... um grande estadista inglês, em cujo procedimento eu procuro muitas vezes inspirar-me. O Sr. John Morley, querendo exemplificar o que êle entendia pelo verdadeiro espírito conservador em política, tomava o exemplo de Lincoln.

"Ao subir à presidência em 1860, Lincoln queria somente que a escravidão não se estendesse aos novos territórios da União, que se respeitasse o direito dos Estados de tratar exclusivamente da questão, mas que, a medida que os acontecimentos se foram desdobrando, resolveu dar o golpe final e decretou a abolição no dia em que as vitórias de Grant puderam dar força de lei em todo o território americano à proclamação do governo de Washington.

"Esse é o conservantismo nacional e político (...) por oposição ao conservantismo doutrinário, que até hoje tem perdido tôdas as instituições que se confiaram à sua obstinação e à sua cegueira e que ainda não ressuscitou nenhuma com o seu despeito."

"Se até 1885, não admitia João Alfredo a emancipação, a não ser gradual e com indenização, dois anos seria quase radical no seu modo de entender.

"É que tomara a palavra uma entidade nova - o escravo - insurgindo-se contra a sua triste condição, abandonando em massa as fazendas, e tornando-se, ou inútil, ou perigoso aos seus proprietários e à sociedade.

"Data dessa época o pacto firmado entre êle e Antônio Prado no sentido de se auxiliarem, reciprocamente, em qualquer tentativa que representasse a última palavra no assunto,

"Não constituíam mais segredo, a essa altura, as suas divergências com Cotegipe, tendo por causa a questão servil.

"Atribuíam-lhe até o intento de fundar um partido conseruador progressista, intento que João Alfredo negou com veemência, sem contestar, no entanto, suas dissensões com o pontífice máximo da grei conseruadora.

"Tornara-se patente, então, pelo desenrolar dos acontecimentos, que a êle caberia, como de fato veio a caber, a herança de Cotegipe.

"Na regência do trono, com os olhos voltados para a libertação da raça negra, e as suas esperanças depositadas em João Alfredo, Isabel esperava apenas o momento de agir.

"O imperador contara com Rio Branco; tinha ela João Alfredo", observou com muita felicidade Pedro Calmon.

"Conhecendo as idéias do Sr. João Alfredo", registou a Condessa d'Eu em seu diário, "estava convencida de que o que êle fizesse seria bom."

"Se a simples escôlha de João Alfredo representava a certeza de um passo decisivo rumo ao triunfo final, nada autorizava supor um desfecho tão rápido, já que não havia qualquer compromisso formal por parte do estadista pernambucano, nem a princêsa, esta é a verdade, como testemunhou João Alfredo, não formulara condição alguma quanto ao pessoal do ministério, nem quanto ao seu programa, limitando-se neste ponto a desejar que se adiantasse a questão do elemento servil. Nada impôs, nem mesmo sugeriu para a solução dada pela lei de 13 de maio.

"À ratificar o depoimento de João Alfredo, lê-se no diário de Isabel:

"Muitos dias e semanas levei sem ousar perguntar positivamente o que faria o nôvo ministério; queria deixar-lhe tôda a liberdade."

"Quando se incumbiu da organização do gabinete de 10 de março, João Alfredo ainda alimentava planos de temporizar, harmonizando os interêsses dos escravos e dos senhores.

"Mesmo naquela última hora, como acentuou Evaristo de Moraes, os chefes políticos do Império temiam as consequências do golpe, que se lhes afigurava arriscado.

"Era tarde, entretanto, para qualquer paliativo ou protelação. Ou o governo se antecipava à revolução, ou o povo a faria.

"Reportando-se ao ambiente social e político daquela fase tumultuária, traçou-nos João Alfredo êste esboço:

"Mais nacional que a lei de 28 de setembro de 1871, foi a de 13 de maio de 1888. Aquela foi o pensamento e a iniciativa do governo, sobretudo do Imperador, com o aprazimento da opinião pública, para se preparar sem perigos e prejuízos a transição a que o Bra-

sil não podia escapar, desde que era a única nação civilizada que em seu próprio seio - e não colônias - tinha escravos.

"A de 13 de maio, porém, veio impelida do lar doméstico, onde as festas da família se celebravam com libertações, para os municípios que a si mesmo se lustraram da mancha hereditária; dos municípios para as províncias, também por si mesmas purificadas, e das províncias, num alastramento irresistível para todo o país."

"Foi isso o que reconheceu João Alfredo e lealmente proclamou:

"Nessa transigência não houve recuos nem temores. Ela evidencia apenas uma de suas qualidades de homem público, que nunca cortejou a popularidade, mas sempre se curvou aos desígnios da vontade nacional.

"Correspondendo à confiança da princesa, João Alfredo em três dias obteve a promulgação da lei áurea, que valeu aquela filha de D. Pedro II o título imortal de A Redentora.

"A facilidade da vitória não lhe diminui a glória. O que êle fez, afirmou Joaquim Nabuco, nenhum outro poderia ter feito." Pedro Moniz de Aragão, João Alfredo e a abolição, (Revista do Instituto Histórico, vol. 218, pag. 72/78).

"Abolida a escravidão, testemunha João Alfredo, começou tranqüilamente o trabalho livre; multiplicaram-se os imigrantes; se, no primeiro momento, a produção agrícola teve abalos e depressões locais, tornou-se logo manifesta a sua tendência para se desenvolver; cresceram as rendas públicas; expandiu-se o comércio; o câmbio, antes oscilante no ponto que se declarava ser o mais alto possível, e a que se teve a idéia de reduzir a taxa legal, não só subiu ao par mas foi além, sem artifício ou intervenção de qualquer natureza; afluiu para os nossos mercados ouro estrangeiro, a maior parte em moeda inglesa; êsse ouro circulava com diferença para menos do papel do Estado, então acima do nosso padrão monetário, e convergia para o Tesouro Nacional porque ninguém queria recebê-lo pelo valor legal; tive necessidade de restabelecer e declarar obrigatório o curso da libra esterlina, conforme a lei de 1846; a Casa da Moeda, longos anos limitada a moedagem de cobre e níquel, cunhava ouro e prata em quantidade que requereu a admissão de maior número de operários; enfim, o crédito do Brasil se elevou à maior altura e tornou fáceis grandes operações, como a conversão da dívida externa, de que eu tinha começado a tratar e que o meu sucessor realizou.

"Todos os fatos indicados podem ter sido só provenientes de circunstâncias felizes que se reunissem e cooperassem em fa-

vor da minha administração.

"O certo é que o Brasil realizou entre festas nacionais uma grande reforma social e humanitária, aplaudida em todo o mundo civilizado, e que a outra grande nação americana custara uma terrível guerra civil e achou-se em condições excepcionalmente prósperas.

"Tanto me basta, a mim que sempre tive no espírito e no coração a idéia e o amor do bem público" (Joaquim Egas Moniz **Barretoz de Aragão** - Um grande Exemplo - A vida de um brasileiro Ilustre, João Alfredo Corrêa de Oliveira - Seu Testamento e suas Últimas Palavras, 1919, pág. 19-20).

Sobre as dificuldades que sofreu nos últimos meses de seu ministério, máximo com referência e certas imputações malévolas que foram feitas, testemunha ainda João Alfredo:

"Por mais que examine o meu procedimento, só explico a violência das acusações por três causas que se juntaram contra mim depois da lei de 13 de Maio: a anciedade em que estavam os meus adversários de subir ao poder; a dissidência conservadora irreconciliável desde a primeira lei de 28 de setembro, e apetites sôfregos agrupados ao lado e em nome do interesse dos proprietários de escravos, que, aliás, devo-lhes esta justiça, foram em grande parte cooperadores generosos da abolição e em geral se mostraram pacíficos e resignados.

"Tais foram com efeitos os adversários ostensivos que me deram batalha, dispostos a todos os meios, agitando tôdas as paixões, e até procurando auxílios de guerra em elementos de maior alcance, que constituíam sério perigo público, ainda fácil de ser conjurado, si, em vez de alianças híbridas e dos ataques apaixonados com que se impeliam um ao outro para o abismo, os partidos constitucionais houvessem tido a fé, o bom senso e a prudência de moderar o seu antagonismo, estabelecendo acôrdo de vistas e de ação pontos de interesse comum e vital, como lealmente desejei.

"Falo da propaganda republicana, hábil em aproveitar quaisquer circunstâncias que enfraquecessem o regimem político e da antiga questão militar, que muitas vezes se tinha ostentado ameaçadora e temerosa e que, embora sopitada na ocasião, conservava os seus focos de secreta conspiração, à espreita do primeiro ensêjo de descuido e fraqueza ou de provocação que irritasse as classes armadas.

"Em crises semelhantes, nêsse estado de desordem moral, em que se obscurecia até o instinto, sempre vivo e perspicaz, da própria conservação, não admira, compreende-se facilmente, que quem governa esteja exposto a ver levantar-se contra si uma dessas

ondas furiosas e espontâneas de ódios e calúnias que prejudicam o prestígio da autoridade e podem momentaneamente levar tudo de vencida.

"Percebi claramente a situação. Embora me sentisse capaz de resistir, eu via por um lado que a oposição se obstinava em tirar-me a força moral e impedir a colaboração legislativa pronta e leal como as circunstâncias requeriam; por outro lado, achando-se enfermo o Chefe de Estado, era para recear que se desse a sucessão ao trono no meio de discórdias e odiosidades, talvez durante a campanha eleitoral, se eu aceitasse o apêlo à nação, que reiteradamente me era oferecido.

"Tudo bem ponderado, eu preferia a organização de outro ministério, mas ministério de paz, que reunisse o maior número de adesões e aproveitasse as tréguas dos partidos a que competia a defesa das instituições para tomar prudenter e habilmente tôdas as cautelas necessárias.

"Assim o produziu e não pude conseguir. Quanto mais eu instava pela minha exoneração, mais o Imperador insistia em recusá-la.

"Travada a luta desigual e desproporcionada que desta sorte se tornou inevitável, fui vencido pelo concurso de meios imprevistos, contra cujo emprêgo eu era capaz a apostar a cabeça, e que ainda hoje me parecem um mau sonho.

"Tinha felizmente para me confortar o afeto da esposa e dos filhos, a doce intimidade de alguns amigos fiéis, a simpatia de honrados cavaleiros que não tinham cercado a minha prosperidade e sobretudo a paz da alma, da alma cristã que confiava na verdade, se resigna aos revezes e perdoa as ofensas.

"Foi este o asilo a que me recolhi em junho de 1889."  
(Joaquim Egas Moniz de Aragão - Ob. cit. pág. 26-28).

A propósito de João Alfredo, escreve Afonso Celso:

"Foi o homem público que durante mais tempo seguidamente ocupou o cargo de Ministro de Estado em nosso país, - cerca de 5 anos, de 29 de setembro de 1870 a 25 de junho de 1875.

"João Alfredo grangeara fama de enérgico, tenaz, astuto, excelente arregimentador, sabendo, como poucos, fazer e dirigir partidários. Os seus desafetos imputavam-lhe vistas curtas, gênio rancoroso e vingativo. Eram injustos. Os fatos mostraram que na generosidade está um dos traços salientes do caráter de João Alfredo.

"Tornou-se célebre o modo como regeu a maioria, no correr das discussões da primeira lei sobre o elemento servil, a de 28 de setembro de 1871, cuja adoção deve-se em magna parte ao seu esforço.

ço. Asseveravam que lhe falecia capacidade oratória. José de Alencar, ao que se narrava, designava as raras arengas de João Alfredo como pertencendo a gênero indefinido, - grandes demais para a partes, pequenas demais para discursos. Silveira Martins o designava como membro da Academia dos silenciosos da Pérsia.

"O certo é que João Alfredo gozava de vasto e verdadeiro prestígio". (...) A reserva que guardava, o próprio retraimento da tribuna aumentavam-lhe a autoridade. Viviam os adversários a interpretar-lhe os menores gestos, a decifrar-lhes as intenções. Apesar do seu mutismo, era um dos chefes consagrados, com quem mais se preocupava a opinião.

"É verdade que, a par dêsse mutismo de tribuna, sem dúvida calculado, João Alfredo recebia muitas visitas, viajava, aparecia nos lugares públicos, acompanhava com atenção e assiduidade os debates, mostrava-se nas conversações conhecedor de todos os negócios do Estado. E assim se fazia constantemente lembrado, sem emitir opinião em público, sem se comprometer.

"Os altos assuntos em que interviéra, a amizade que o ligara a Rio Branco, as obras efetuadas durante o ministério encareciam a importância, realçada pelo ministério de que êle se cercava. Nos últimos anos do Império, elevara-se a notável situação, ponderosa e incontestada.

"Uma fôrça reservada para solenes emergências", eis a idéia que o seu nome evocava.

"Quem seria, na verdade, êsse personagem pequeno, feições acabocladadas, (descende realmente de um cacique aborígene) fisionomia quase sempre fechada, como que carregada de austeros pensamentos e cujo mesmo sorriso parecia impregnado de graves cogitações?

"(...) Até maio, nada praticou de considerável o gabinete de 10 de março, porém não amorteceu, antes aumentou, a confiança do abolicionismo, cujo movimento triunfal recrudescia de hora em hora. Conquanto fôsse convicção geral que João Alfredo proporia a abolição imediata e incondicional, a vista da pressão exercida de todos os lados, - pois os principais interessados, os cativos, haviam tomado a palavra, efetuando o exôdo em massa das fazendas, e a fôrça pública se recusava a lhes embargar o passo, - todavia temiam-se hesitações, meias medidas, transigências com o elemento escravagista.

"Abriu-se a Assembléia Geral. Aguardava-se com impaciência a apresentação do gabinete. A fala do trono, lida pela princesa Imperial Regente, manifestara eloqüentemente as intenções governamentais, satisfazendo os mais insofridos. Subsistia a ancieda

de em ouvir João Alfredo, calado havia tanto tempo. Carecia realmente de dotes oratórios?

"A' 10 de maio, ergueu-se êle na Câmara, para expor o seu programa, no meio de solene silêncio e ingente espectação. Extraordinário o efeito do seu breve discurso, que provocou em vários tópicos delirantes aclamações. Discurso sóbrio, preciso, magistral! Nós, os da oposição, ficamos atônitos. (...) O presidente do Conselho não deve ser julgado só por essa curta oração. Esperem os amplos debates em que haja de medir-se com parlamentares de pulso."

"E os amplos debates vieram, violentos, azedos, implacáveis. João Alfredo arcou com os mais destemidos campeões liberais e da dissidência conservadora, com Gomes de Castro e Lafayette, entre outros. Durante a sessão legislativa de 1888, coagiram-no a ocupar repetidamente a tribuna, tratando das mais variadas matérias, rebatendo, quase sempre de improviso, acres e porfiadas investidas.

"Não o poupavam. A abolição acirrara os escravocratas, exacerbados pelas demonstrações ruidosas dos vencedores. E João Alfredo bateu-se com galhardia, saiu-se bizarramente de tôdas as conjunturas." (Afonso Celso, ob. cit. pág. 94-100).

#### Linhas de um caráter

(...) "Reto e generoso, profundamente verdadeiro e desinteressado; firme nas resoluções; pronto e seguro na ação, e na luta tão destemido, como escrupuloso e leal; praticando e propugnando o culto das coisas nobres e elevadas; acudindo com iniciativas largas e ousadas para fins úteis e sérios; êle tinha imposto a sua forte e distinta individualidade. Se o seu aspecto reservado ou certa impaciência nervosa de seu temperamento, lhe aliena simpatia vulgares, por outro lado a singeleza dos costumes, a índole infatigavelmente benfazeja, a gravidade dos seus propósitos, mesmo quando contraídos apenas perante a própria consciência, sem compromisso formal, a severidade dos princípios e a distinção dos gostos e brios, dando a conhecer devidamente o homem e o político, lhe haviam dilatado o círculo dos amigos e admiradores e válido desinteressadas dedicações.

"Sobre a sua vibrátil sensibilidade, que dá vulto ao menor testemunho de benevolência e estima, comovendo-se com os de sincero devotamento, atuam vivamente a ingratidão e a injustiça; mas a alma magnânima permite-lhe revelar com admirável facilidade as queixas mais justificadas, e nunca a consciência da força o impeliu a abusar dela.

"A sua conservação, tão atraente e instrutiva, quanto natural e despretenciosa, foi sempre o encanto do lar simples e hospitaleiro em que acolhe os amigos carinhosamente. Contentando a arden

te curiosidade do espírito, entesourara na memória, de par com varia dos conhecimentos literários e políticos, interessantes noções especiais e copiosas aquisições de fatos e particularidades da crônica nacional, recolhidos menos nos documentos escritos do que na tradição oral, que não perdia ocasião de interrogar em contacto com fidedignos depositários das lembranças do passado.

"Por tudo isto e pelos dons de agradável e animada expressão, êle tinha naquela forma de comunicações de idéias mais um instrumento para firmar a sua autoridade, para exercer a magistratura moral, em que no correr dos tempos, se foi convertendo o ascendente que exerceu desde verdes anos. Essa autoridade compreendia vasta esfera de mando, sobretudo proveitoso às províncias do norte do Império, nas quais, durante o seu longo governo, tinha-se esforçado por constituir sólidos e duradouros elementos de progresso e bem estar, preocupando-se constantemente de fortalecer ou suscitara influencia benéfica e esclarecida dos homens bons e prestimosos e combatendo resolutamente as causas que impediam aquelas patrióticas aspirações. (Balduino Coelho, ob. cit. pág. 301-302).

Ao engenheiro Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, já mencionado anteriormente, devemos informações das mais interessantes acêrca da personalidade de João Alfredo:

"A uma grande inteligência, clara e perfeita, aliava memória extraordinária tanto dos fatos recentes como dos antigos; era um grande geneólogo, conhecendo as origens das nossas famílias; e do Brasil sabia bem a história, com detalhes curiosos e bem apurados, principalmente na parte referente ao período posterior à independência.

"Muita gente que escreveu trabalhos sôbre a nossa história política, foi consultá-lo.

"A respeito o próprio Joaquim Nabuco quando escrevia a vida do Pai, mostrava-lhe a obra, de quando em vez, e reformou-a em muitos pontos para atender às suas apreciações sempre criteriosas e autorizadas sôbre os homens e os acontecimentos do Império.

"Dotado de fino espírito era um admirável conversador; falava pausadamente, atencioso sempre para com os ouvintes, numa linguagem corretíssima e com extraordinária propriedade de expressões; variava de assunto conforme a categoria e a instrução das pessoas a quem falava e interessando indiferentemente a môços e a velhos, a homens como a senhoras.

"Em roda em que êle estivesse, todos lhe cediam a palavra, presos pelo encanto da sua palestra, que empolgava até as crianças, com casos e histórias apropriadas e sempre engraçadíssimos.

"Se não estava contrariado, era uma companhia encantado-

ra, sempre gracejador, gostando de dizer e de ouvir pilhérias finas.

"(...) Mas, apesar dêsse tom paternal com os fâmulos, ninguém ousava desrespeitá-lo; porque êle sabia impor-se, parecendo ter nascido só para comandar. Tinha horror às perguntas, e quem lhe fizesse três ou quatro seguidamente, punha-o logo de mau humor.

"(...) Era capaz das maiores energias, mas sem violências, e sabia, como ninguém, desconsertar um adversário com poucas palavras.

"De uma feita castigou a ingratição de um antigo comensal pela seguinte maneira: Era m<sup>o</sup>ço que, pretendendo ser Juiz de Direito, cargo difícil de se obter no tempo do Império, procurava-o constantemente, não lhe deixando a casa e fazendo a sua família os maiores agrados. Vindo a República procedeu como muitos outros e nunca mais lhe apareceu.

"Um dia, passados anos, encontraram-se os dois em casa de um amigo comum. Êste amigo, ignorante dos precedentes, ao encontrar o Conselheiro, apresentou-lhe o m<sup>o</sup>ço em questão, e êste, emperdigando-se fôsse êle o grande estadista, recebeu-o como se visse um desconhecido.

"O Conselheiro, ouvindo atenciosamente a apresentação, respondeu: "Conheço muito o Sr. Dr. ... foi íntimo de nossa casa ... em outros tempos."

"Exemplos semelhantes de réplicas felizes que desorientavam os adversários, teve êle inúmeras em sua longa carreira parlamentar, na qual se mediu, fazendo sempre figura brilhante, com os oradores mais famosos do seu tempo. Foi notável a sua luta no Senado com o Conselheiro Lafayette, que depois, na República, se tornou seu amigo íntimo, a ponto de pedir-lhe que lhe escrevesse o testamento e de oferecer-lhe todo o dinheiro de que dispunha na ocasião, quando êle precisou ir à Europa, pela segunda vez.

"Lafayette atacou-o fortemente, com sarcasmos eruditos, contando anedotas históricas, citando fábulas, mas João Alfredo não se perturbou, manteve a sua calma habitual, e quando lhe respondeu, fê-lo no mesmo tom, sarcasmo contra sarcasmo, fábula contra fábula, a ponto de causar espanto aos próprios liberais e de obrigá-los a confessar que tinham sido dêle as glórias da brilhante contenda.

"Um fogoso e eloquente deputado, que tinha sido aliás seu amigo desde os bancos acadêmicos, atacou-o inopinada e injustamente como Ministro do Império. A malignidade pública atribuia a êsse deputado um grande entusiasmo por certa cantora muito em voga, chamada Marta.

"João Alfredo respondendo logo depois ao ataque, lamentou a situação em que se encontrava, uma das surpresas, disse, mais

desagradável de sua vida; porque desde estudante consagrara afeição àquele deputado, admirando-lhe a inteligência, gabando-lhe a instrução e a eloquência, sempre nos melhores termos de amizade e, de repente, sem razão alguma, "lá se foi tudo quanto Marta fiou."

"Porém a réplica talvez mais espirituosa de sua vida parlamentar, foi a que deu a um talentoso deputado pela província de Minas, que depois ocupou posição saliente na República.

"Censurando o Ministério 10 de março, êsse deputado lamentou o estado em que a centralização imperial deixava as províncias, e citou como exemplo dêsse abandono a falta de melhoramentos materiais que se pudessem comparar, por exemplo, com os chafarizes de pedra que êle acabava de ver naquela província, construídos antes da independência, atestando o zêlo da metrópole pela sua colônia da América. Respondeu-lhe João Alfredo em brilhante informe, no qual, dirigindo-se ao presidente, extranhou o critério com que o deputado julgava os homens e as instituições do seu país, e acrescentou que quem o ouvisse deveria desejar que o Brasil retrogradasse, não até aos tempos coloniais, mas até à época dos Faraós do Egipto, porque as pirâmides que êstes construíram eram monumentos muito mais importantes do que os chafarizes que o deputado por Minas acabava de ser na sua província.

"Brando e delicado com os fracos e humildes, era altivo e inflexível com os fortes e insolentes.

"Em relação a Silveira Lobo, com quem discutia no Senado, quando Ministro, Silveira Lobo, que infundia pavor a todos pela extrema violência de sua linguagem, disse, apelando para o Presidente, que tinha energia bastante para conter aquêlê Senador.

"(...) O Duque de Caxias no seu conceito "o nosso primeiro General", mereceu-lhe grande aprêço e estima e não perdia em sejo de louvá-lo pelo tino político, bom senso, lealdade e sobretudo pela sua extrema generosidade.

"A um íntimo que se referia a pouca instrução de Caxias, admirando-se de que êle falasse no parlamento brasileiro onde figuravam homens de tão alto valor, observou: "E dizia sempre bem as coisas, com clareza e extraordinário bom senso; e lembro-me até de tê-lo visto falar com eloquência.

"Tratava-se da votação de uma despesa indispensável e Caxias, depois de um discurso rápido e incisivo, disse ao terminar, impressionando a todos: "Sr. Presidente, trata-se de uma dívida de honra e as dívidas de honra pagam-se, não se discutem."

"Tinha verdadeiro entusiasmo por Bernardo Pereira de Vasconcelos que, na sua opinião, era a maior cabeça política que o Brasil já produziu e dava o valor devido aos talentos e serviços de Jo

sé Bonifácio, o patriarca da nossa independência. Apesar de ter deixado o governo um pouco magoada com o Imperador D. Pedro II, venerava a sua memória, considerando-o um grande patriota, e a despeito da injustiça que lhe faziam, o maior abolicionista do Brasil.

"Quem ouvisse João Alfredo ficaria tendo uma idéia muito diferente da que vulgarmente se tem quanto ao célebre "poder pessoal" do Imperador, que só se manifestava quando êle encontrava Ministros fracos.

"Se o Ministro era enérgico e de vontade forte, o Imperador cedia sempre e encerrava as discussões, dizendo:

"Bem, a responsabilidade não é minha, é dos senhores."  
(Opúsculo citado).

Perfil de João Alfredo:

"De altura mediana e tez morena. Cabeça bem posta e rigorosamente perpendicular aos ombros. Canície completa. Olhar mixto de aspereza e de melancolia através de uns vidros azulados que lhe cresciam os olhos. Vestido habitual e corretamente de preto, chapéu alto, bengala na mão direita, e na esquerda, um par de luvas descalço.

"O pisar era compassado e forte acompanhado de movimento ritmico da cabeça. Nos últimos tempos, pouco antes de sua morte vi-o algumas vezes. Inteiramente só. Por onde quer que passasse, fazia-se um movimento de curiosidade e de respeito.

"Defrontei-o numa dessas vezes. Descobri-me: olhou-me e correspondeu-me. Passou. Das duas expressões que lhe compunham de só lito o olhar, acentuara-se a da melancolia.

"Para quem pudesse surpreender de fato aquêle rosto, sempre fugaz a olhos curiosos, depararia nêle uma anteface de resignada tristeza, ensombrando-lhe a grande alma afetuosa.

"A idade e os desgostos prepararam o homem para a morte, afastando-o cada vez mais da sociedade e da vida.

"E de uma e outra se afastava cada vez mais João Alfredo.

"Êle, que dias de glória, de ovação e de triunfo o elevaram à mais alta evidência e notoriedade de sua pátria, fugia agora de toda notoriedade e evidência, abrigando-se num isolamento libertador de alma e corpo. (Esmeraldino Bandeira, João Alfredo, Pernambuco, 1919).

Vejamos, agora, a opinião de José Lins do Rêgo sobre o chefe do Gabinete 10 de março:

"Desde menino que o nome do político do segundo reinado muito me era familiar. Éramos da mesma zona, tínhamos parentes em co

mum, o meu povo fôra seu eleitor em Goiana, em Itambé. A figura do chefe, do homem que enchia de orgulho a província de tradições heróicas, não se perdera com a República. Falava-se, entre os velhos, de João Alfredo como de uma grandeza real. A gente do Partido Conservador, a oligarquia rural do açúcar, dera um expoente para os debates do fim do Império, um parlamentar que não tinha flama oratória, mas que conduzia os debates, com aquêles tom sombrio e enérgico que dera ao Visconde do Rio Branco uma impressão de tanta superioridade. Havia no líder conservador uma maneira de ser afirmativa sem ostentação e, sobretudo, uma malícia de olhar as coisas sem comprometer a gravidade. Tinha senso de humor o estadista que a várzea de Goiana dera ao Império. Cotegipe seria mais gaulês no seu humor, Zacarias mais pérfido na ironia. O pernambucano era de palavra seca, do verbo medido, mas era contundente nas arremetidas. A sua faca de Pasmado ia no coração de suas vítimas. Foi com esta faca de aço toledano que êle botou abaixo a escravatura.

(...) O João Alfredo que sucumbiu com o Império muito teria dado ao Brasil se não fôra o ostracismo a que se entregou. O que se diz dêle é que não fôra um luzeiro parlamentar, ao tipo Silveira Martins, que era pouco dos livros, que não teria a eloquente à flor da pele. E, no entanto, o que êle escreveu, os discursos que proferiu, revelam um talento literário mais sólido que de muitos oradores de tropes brilhantes. As notas que compôs sôbre o seu sogro, o Barão de Goiana, é literatura da melhor qualidade. "(Prefácio opúsculo de Pedro Corrêa e Castro. O Conselheiro João Alfredo, Sua Vida e Sua Obra, Gráfica "O Cruzeiro", Rio de Janeiro, 1943).

Proclamada a República, João Alfredo conservou-se fiel ao trono. Só a serviu em 1911, como Presidente do Banco do Brasil, a convite do próprio Marechal Hermes, sem repudiar as suas convicções monárquicas, e com pleno assentimento da Princesa.

Sôbre a sua presidencia no Banco do Brasil, temos o depoimento de Pedro Corrêa e Castro, futuro Ministro da Fazenda do governo Dutra, e na época oficial de Gabinete de João Alfredo:

"Trabalhador infatigável, apesar da idade avançada, com parecia pontualmente ao Banco, de onde só se retirava à tarde, geralmente depois das seis horas. (...) Sua administração no Banco do Brasil foi das mais fecundas.

"Começou reformando todo o velho edifício onde funcionava o Banco.

"Fez construir dois anexos indispensáveis na área interna. Deu instalações novas e condignas à presidência, à diretoria e às diversas seções.

"Essas providências transformaram completamente o Banco, dando-lhe aspecto nôvo e agradável.

"O serviço interno foi organizado e modernizado. Fez adquirir as primeiras máquinas de escrever e também as de calcular, as quais, embora naquela época já de uso corrente, ainda eram inteiramente desconhecidas no banco.

"Na parte econômica sua ação se fez sentir com igual eficiência. Os recursos do Banco encontravam-se em sua quase totalidade imobilizados em operações de liquidação difícil ou duvidosa.

"Sôbre essas operações contavam-se juros e cobravam-se descontos, é verdade, porém, tais juros e descontos não eram recebidos em espécie, acumulando-se a dívida principal e, assim, influenciando de modo desfavorável na situação financeira.

"Realmente a imobilização desses recursos não permitia novas operações lucrativas, e era motivo de constante inquietação porque não havia disponibilidade para atender a qualquer retirada mais acentuada de depósitos.

"Com perseverante esforço e habilidade, conseguiu João Alfredo liquidar £ 1.000.000, correspondente a operações realizadas sem a documentação indispensável para o reconhecimento da dívida, bem como levar a bom têrmo a liquidação de outra dívida de cerca de quarenta milhões de cruzeiros.

"Ao mesmo tempo mandou sustar operações ruinosas que se vinham realizando no extremo Norte, reduzindo, assim, consideravelmente, o prejuízo que mais tarde se verificou.

"Com os recursos provindos dessas liquidações conseguiu João Alfredo imprimir nôvo impulso ao Banco.

"Nomeou novos administradores para as Agências em Belém do Pará e Manaus, instalou a Agência de Campos e desenvolveu, na medida do possível, as operações comerciais da Matriz.

"Afora tudo isso, teve ainda João Alfredo de enfrentar crises internas, divergências na diretoria, oposições, que a sua inteligência, a sua habilidade, o seu bom senso, conseguiram sempre dominar." (Pedro Luís Corrêa e Castro, Reminiscências do Conselheiro João Alfredo, BOLETIM A.A.B.B., Ano XI, abril-maio de 1944).

Depois de desempenhar aquêle cargo, recolheu-se definitivamente à vida privada..

Aguardava sereno a morte que afinal lhe chegou no dia 6 de março de 1919, na cidade do Rio de Janeiro, aos oitenta e três anos de idade. Morria pobre e endividado.